

LER É IMPRESCINDÍVEL: LER O QUÊ? LER COMO?¹

READING IS ESSENTIAL: WHAT TO READ? HOW TO READ?

Sena Siqueira²

RESUMO:

Este trabalho se ocupa da busca pelo entendimento das condições de leitura do povo brasileiro; traz dados estatísticos sobre leitura e analfabetismo (abrangendo dados do IBGE na última década), que mostram o panorama oficial e o não oficial, e faz reflexões sobre o ato de ler, o que ler e as maneiras pelas quais alguns teóricos, tais como Candido (1964), Cyntrão (2004), Zilberman (2001), Compagnon (2009), Faguet (2009) etc., consideram que sejam as mais profícuas no que diz respeito ao ato de ler.

Palavras chave: Leitura. Literatura. Analfabetismo. Ato de ler. Texto literário

ABSTRACT

This work deals with the reading conditions of the Brazilian people; provides statistics on reading and literacy (including the IBGE data of the last decade), and shows the official and unofficial panorama of reading; it reflects on the act of reading, what to read and the way in which some theorists such as Candido (1964), Cyntrão (2004), Zilberman (2001), Compagnon (2009; 2012) etc., consider to be the most productive concerning the act of reading.

Keywords: Reading. Illiteracy. Literature. Act of reading. Literary text.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE TEXTO LITERÁRIO, A LEITURA E O ANALFABETISMO NO BRASIL

A produção do texto literário, como toda atividade artística, é subjetiva e solitária, mesmo quando a obra é coletiva, pois no coletivo está, antes, a subjetividade. Entre os brasileiros, não é raro ouvir que o escritor é solitário e até excêntrico. Escrever literatura é um ofício que requer ócio e que muitas vezes não é compreendido como um trabalho de fato. O ócio é importante porque possibilita a observação do mundo e da realidade para o exercício da capacidade imaginativa imprescindível à criação. Embora o texto literário faça contatos com a realidade, ele não é a pura representação do real; por isso demanda de seu criador o tempo necessário ao exercício da alquimia do real em arte literária.

O homem comum, com pouca instrução, chega a crer que o escritor não é igual a todos os demais. Partindo-se da premissa de que o escritor é um ser mais sensível, que toma elementos dos acontecimentos corriqueiros, do cotidiano, para transformá-los em peças literárias, recriando, subvertendo e transformando tais acontecimentos em termos de universalidade social, então o produtor de textos literários é mesmo um ser diferente. Sua produção não parte somente de si e de suas necessidades pessoais, mas também de outrem e de temas e problemas que dizem respeito ao universo social. Assim, o autor, o texto, a leitura e o leitor se confundem em um emaranhado de ideias, mas, como já sabemos, o leitor ocupa posição de destaque porque é no ato da leitura que o texto adquire vida real (SARTRE, 2006).

¹ Este texto (quase em sua totalidade) está contido na tese doutoramento da autora, defendida e aprovada no TEL – Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UnB, em 02/08/2013.

² Professora de Português e Literatura da SEDF, professora de Literatura na UAB-UnB; mestre em Educação e Doutora em Teoria Literária pela UnB.

Com efeito, a literatura e a leitura, o escritor e o leitor fazem parte de um mesmo mundo; mundo este que oferece elementos para a produção e para a compreensão do texto. O texto se realiza por intermédio de seres do mundo, que intercambiam e interagem no mundo e com o mundo. Por conseguinte, a leitura de texto literário, especialmente os de autores contemporâneos e de temas historicamente situados na atualidade, reivindica do leitor a oportunidade de torná-la uma atividade cotidiana e diuturna, para que se torne familiar ao sujeito como são a televisão, o rádio, a Internet, ou seja, os veículos de cultura de massa. Assim sendo, o texto literário — o livro como forma máxima de expressão desse tipo de literatura — tornar-se-ia um objeto de consumo e de utilização habituais e até mesmo corriqueiros. Isso implica em considerar que o texto literário contemporâneo deveria ser objeto de consumo diuturno, de fácil acesso, pois leitor e autor são cidadãos de uma mesma época, podendo participar do mesmo espaço geográfico e vivenciar as mesmas inquietações e os mesmos júbilos no que diz respeito ao contexto histórico, social e cultural. Esses seres, não importando o espaço geográfico em que vivam, podem até se comunicar, encontrando-se pessoalmente ou virtualmente, por meio das diversas redes sociais existentes.

Ao se tomar o livro de literatura como objeto de desejo e de consumo, entretanto, algumas reflexões se fazem necessárias. O brasileiro comum — o telespectador, o ouvinte de rádios, o usuário da internet, que não seja participante de uma elite intelectualizada — tem a crença de que a programação desses meios de comunicação lhe chega gratuitamente. Para ele, basta comprar o aparelho transmissor e está estabelecido definitivamente o contato com o mundo da TV, da web etc.. Do que ele não sabe (ou se esquece) é que esse universo “gratuito” se constitui em um mundo que interessa a uma classe socioeconômica que quer manter um status quo. Tal programação, se não é deliberadamente organizada para isso, pelo menos não é intencionalmente pensada para modificar a situação de injustiça social de que trata Santiago (2004 p.64), em “literatura anfíbia”. Esse autor faz a seguinte metáfora: “[...] o nosso sistema literário se assemelha a um rio subterrâneo, que corre da fonte até a foz sem tocar nas margens que, no entanto, o conformam.” A literatura brasileira, segundo ele, é anfíbia porque, com muita frequência, trata de temas sociais que dizem respeito a uma significativa parcela da população *que não pode ler*. Na perspectiva do que trata Santiago, a literatura presta serviço aos abastados, como entretenimento, mas não serve nem como instrumento de conscientização nem como canal de denúncia, visto que os principais interessados não têm acesso a ela.

Relacionada à noção de gratuidade da programação veiculada pelos meios de comunicação social de massa está a crença de prazer e de poder do homem comum analfabeto ou semialfabetizado. Este, quando adquire um aparelho de TV ou um computador, crê que está aumentando o seu patrimônio familiar. Todos se reúnem em torno dele para assistir à mesma novela ou ao mesmo programa, no caso da TV. Ademais, tanto o rádio quanto o computador também podem ser usados coletivamente e dão a clara ilusão de lazer agradável nesses tempos de violência urbana. Esses aparelhos nada exigem de seus usuários, exceto seu tempo, que também é visto como um tempo de repouso e alegria. Mas — e o livro? — como se comporta o livro numa sociedade da cultura de massa? O livro, principalmente o literário, não é visto como patrimônio por motivos vários, e o principal dele é o fato de que não se consegue revendê-lo com a mesma facilidade com que se vende um desses aparelhos veiculadores de cultura massificadora que alimentam a sensação de repouso lúdico. A falta de uma cultura de leitura, associada à ideia de que livro é coisa de escola e leitura é dever escolar, faz com que ele não seja encarado como objeto de lazer e a leitura não seja vista como uma atividade que promova descanso e prazer. Faz-se

necessário antecipar, contudo, que dinheiro não é condição *sine qua non* para a formação do universo cultural das pessoas. Todavia, mais adiante serão apresentados dados de pesquisa no Brasil, em nível nacional, que demonstram a relação entre poder aquisitivo e acesso a livros.

Quando a expressão *não pode ler* foi destacada é porque vislumbramos duas razões para que grande parte dos brasileiros não saiba ler: a primeira é o analfabetismo — total ou funcional —; a segunda diz respeito à falta de recursos e de estímulos para comprar livro. Essa parcela da população, mais especificamente quando se trata do Distrito Federal, reside nas periferias de Brasília, onde não existem bibliotecas públicas — e nem livrarias — com bom acervo de obras literárias, principalmente de autores contemporâneos. Quem ganha salário mínimo, por exemplo, por mais capaz que seja para efetuar uma competente leitura, não consegue ter acesso aos livros de literatura, pois cada um dos quais custará em torno de dez por cento de seu salário líquido mensal. E, mesmo que quem ganhe salário mínimo alcance condições para comprar livros, na maioria das livrarias, o livro do autor nacional quase sempre não está disponível. Para ler livros literários contemporâneos, frequentemente, é preciso ir à livraria e encomendá-lo com antecedência. Para quem já não possui muito dinheiro, ter de ir mais de uma vez à livraria para adquirir um livro é, no mínimo, desanimador. Daí resulta que o brasileiro comum encontra mais facilidade para ler literatura estrangeira, pois frequentemente está mais disponível tanto no que diz respeito ao valor monetário quanto à disponibilidade na hora da compra.

O que se pode inferir, portanto, é que o livro em geral não somente não é visto como patrimônio como também não faz parte do universo de desejo do consumidor brasileiro comum. E a leitura é uma atividade considerada cansativa porque está associada a algo imposto pelos programas escolares, onde professores muito frequentemente ostentam uma conduta não leitora porque são herdeiros da crença nefasta de que o ato de ler é uma obrigação entediante e não uma atividade prazerosa que promova o crescimento emocional e intelectual do ser humano. Desse tipo de escola e sob a orientação dessa categoria de professores, surgem egressos alfabetizados, não letrados ou com letramento precário, que ingressam no ensino superior sem a devida competência leitora. Para esses alfabetizados que fazem parte de uma comunidade pseudoacadêmica, ou seja, aqueles que foram admitidos em um curso de nível superior, mas que não sabem ler ou leem precariamente, a leitura do livro literário é um tormento porque se torna uma tarefa aflitiva, cansativa e vazia, visto que esse tipo de texto tem a “gratuidade que dá asas à obra de arte” e não tem “fidelidade documentária ou sentimental, que vincula à experiência bruta.”, segundo Candido (1964, p. 29). O que se chama aqui de tormento é o desespero por que passam esses estudantes quando são forçados à leitura para a qual não estão devidamente preparados, visto que o bom texto literário é ambíguo e exige do leitor habilidades para a reflexão, não lhe oferece modelos nem receitas de comportamento, mas, ao contrário, incita-o ao questionamento, à dúvida e desafia a sua sensibilidade e inteligência, pois o leva à “percepção de diferentes aspectos da realidade”, dando forma a experiências e situações que lhe são desconcertantes, sobretudo porque o ajuda a se situar no mundo e a “refletir sobre seu próprio comportamento.” (TUFANO 1995, p. 2-3). Sobre a falta de habilidades para a leitura, Machado de Assis, em 15 de agosto de 1876, na crônica intitulada O Analfabetismo, declarou:

A nação não sabe ler. Há 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles: é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como

vão à festa da Penha, - por divertimento. A constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado.³

Considerando o ocorrido em recentes eleições que se realizaram no Brasil, quando foram eleitos candidatos que podem ser classificados na categoria de não leitores, uma pergunta se impõe: será que a situação mudou desde a crônica machadiana? Vejamos, pois, de acordo com o IBGE⁴, em 2011,

A taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais caiu 1,8 ponto percentual entre 2004 e 2009. Apesar disso, no ano passado ainda existiam no Brasil 14,1 milhões de analfabetos, o que corresponde a 9,7% da população nesta faixa etária. A PNAD estimou também a taxa de analfabetismo funcional (percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo) em 20,3%.

O mesmo IBGE⁵, em pesquisa publicada em 2016, dados de 2014, revela que a taxa de analfabetismo é de 8,6%. No entanto, uma pesquisa divulgada pelo IBOPE, em 08 de setembro de 2005, dava conta de que, dos brasileiros com mais de 15 anos, os analfabetos e analfabetos funcionais somavam 75%⁶. Na pesquisa do IBOPE, foram feitos testes de leitura e aplicados questionários a 2.002 pessoas de 15 a 64 anos em todo o país. Portanto, fica difícil acreditar que os dados tenham mudado tanto em tão pouco tempo. É preciso salientar que os analfabetos funcionais não têm competência para ler texto literário. Embora sejam capazes de ler pequenos textos e possam identificar informações óbvias, efetivamente, para fins de leitura de texto literário, o analfabeto funcional não existe como leitor. Desta forma, faz-se necessário considerar, também, que há uma grande diferença entre os dados obtidos a partir de respostas dos entrevistados, aplicadas aos parâmetros do IBGE e aqueles obtidos por testes de leitura e compreensão de textos aplicados aos entrevistados pelo IBOPE. A construção de sentido torna-se o fiel da balança, pois, para o Estado-IBGE, a pessoa alfabetizada só precisa saber decifrar, nos termos de Ferreiro e Teberosky (1991). Com efeito, o analfabeto funcional é classificado na categoria daqueles que frequentaram a escola por quatro anos ou menos. E não é preciso ser crítico literário ou especialista em leitura para saber que, com raríssimas exceções, uma pessoa com quatro anos ou menos de escolaridade não tem competência para ler e compreender textos literários. **O sítio do Ministério da Cultura publicou, em fevereiro de 2011, artigo⁷ que denuncia que a “situação é dramática”, pois a média de leitura dos compatriotas era de 1,3 livros por ano. Ressalta ainda o artigo que 66% dos livros estão nas mãos de 20% da população. Esses dados reforçam a tese de que uma das razões por que a maior parte do povo brasileiro não lê está associada à falta de condições para acessar bom material de leitura. E, embora seja muito evidente a falta de competência leitora, uma parcela dessa população é considerada pelo censo do IBGE como alfabetizada.** Em 2011, veio a

³“Sr. *Fidélis Teles de Meireles Queles*: Forma utilizada para indicar uma pessoa qualquer, um fulano de tal, utilizada nesta crônica por Machado de Assis para representar um político qualquer. Segundo Antenor Nascentes, em seu *Tesouro da Fraseologia Brasileira*, o *Fidélis Teles de Meireles Queles* é um quidam, isto é, uma figura sem importância, um tal, uma pessoa indeterminada. cf. Antenor Nascentes. *Tesouro da Fraseologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3, ed., 198.

⁴ Fonte: Acesso em 11 de maio 2011.

⁵ Acesso em 08/08/2016.

⁶ Fonte: . Acesso em 11 de maio 2011.

⁷ Disponível em . Acesso em 08 de agosto 2011.

público uma pesquisa cujos dados subsidiam nossos argumentos de que o brasileiro não lê porque não pode. O **Instituto Pró-Livro (IPL)** publicou, em Retratos da Leitura no Brasil, edição 2011, o seguinte texto:

Pelo jeito, nada de novo, num país de grandes desigualdades sociais, onde os não leitores de livros encontram-se na base da pirâmide social, onde 62% da população tem renda familiar de 2 salários mínimos para baixo. A pesquisa mostra que 43 milhões de brasileiros são não leitores, sendo 28% desses analfabetos, 35% cursaram até a 4ª série (5º ano); 19% concluíram o ensino médio e 2% possuem formação superior.

Já a pesquisa desse mesmo instituto, edição 2015 e publicada em 2016, relata que a média de livros lidos inteiros é de 1,06, que os livros mais lidos continuam sendo a Bíblia e outros religiosos, mas que

Em 2015, 56% da população brasileira com 5 anos ou mais é considerada leitora de acordo com os critérios da pesquisa (ter lido ao menos um livro, inteiro ou em partes, nos três meses anteriores à pesquisa); um dos principais destaques da pesquisa em 2015 é o fato de a população adulta e a que está fora da escola estarem lendo mais do que foi observado nos anos anteriores da pesquisa, embora ser leitor ainda seja uma característica significativamente associada à escolaridade, à renda e ao contexto socioeconômico no qual os indivíduos estão inseridos, o que aponta para um desafio no processo de inclusão de parte significativa dos brasileiros na população leitora; em geral, embora tenha aumentado o número médio de livros lidos, os leitores continuam reportando uma quantidade maior de livros lidos em parte em relação aos livros inteiros (o que não se repete entre os com renda mais alta, mas sobretudo entre os que têm escolaridade superior, que reportam a leitura de livros lidos inteiros e em partes praticamente na mesma proporção)⁸

Pesquisa do INAF 2011/2012 relata que o *“percentual da população alfabetizada funcionalmente foi de 61% em 2001 para 73% em 2011, mas apenas um em cada quatro brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura”*⁹. Por tudo que foi exposto, é possível concluir que o espaço disponível para o livro, e mais especificamente para o livro de arte literária, no Brasil, é restrito há muito tempo, por várias razões e uma delas é a má qualidade leitora do povo, que pode ser atribuída a outro fator ainda mais grave e que deve ser ressaltado: a falta de fomento à cultura da leitura. Além disso, a escola pública, onde a maioria esmagadora dos brasileiros estudam, notadamente não tem sido um exemplo de incentivo à leitura. E ela, isso sim, deveria ser a principal e maior estimuladora da prática da leitura do texto literário de boa qualidade. Mas, para isso, o professor precisa conhecer literatura e saber distinguir as características que diferenciam os bons dos maus textos.

No que diz respeito ao tempo, desde o século XIX, cuja referência concreta é a crônica de Machado de Assis, a situação da leitura no Brasil continua delicada. Uma leitura competente de texto literário pressupõe um leitor alfabetizado e que saiba ler politicamente, ou seja, alguém que “não só

⁸ Disponível em . Acesso em 06 de agosto de 2016.

⁹ Disponível em . Acesso em 06 de agosto de 2016.

tenha adquirido a habilidade de ler e escrever, como também a de poder trabalhar, com inteligência e imaginação próprias, o processo de descodificação do texto escrito ficcional, sua especificidade retórica e sua tradição.” (SANTIAGO, 2004, p.175). Neste sentido, é impossível não fazer coro a esse crítico literário e não compartilhar do seu ponto de vista, pois, segundo ele,

Num país de numerosíssimos habitantes como o nosso, não são maioria os alfabetizados e são pouquíssimos os que poderiam se reclamar da condição de leitor de romances. Na década de 1970, no Brasil de milhões e milhões de habitantes, éramos 50 a 100 mil os leitores, [...]. O descompasso entre os números, é claro, fala menos da literatura ou da cultura brasileira; fala mais do esforço (?) nacional de alfabetização e educação cultural das massas. (ibidem).

1.2 A LEITURA E SEUS EFEITOS: O QUE LER E COMO LER

Melhor do que saber é saber onde encontrar; e o livro tem sido, ao longo dos anos, onde se encontra a maior parte do que se quer saber. Ainda que tomemos a *internet* como uma grande e inesgotável fonte de pesquisa, a maior parte do que está nela, o mais confiável, já foi publicado em livros. E é sempre por intermédio da leitura que se acessam as informações nessa rede. Mesmo para aqueles que não têm o hábito da leitura de livros, quando querem fazer contatos nas redes sociais, o fazem por meio da leitura. Assim, o advento da *internet* tornou a leitura ainda mais necessária. Com efeito, leitura é uma atividade que oferece ao sujeito a oportunidade de ampliar seus horizontes sociais e culturais. Segundo Zilberman (2001), a própria arte literária se incumbiu de refletir sobre a leitura, tomando-a por algo capaz de promover sérias mudanças no espírito e no comportamento do leitor. *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes (publicada em 1.605), coloca em evidência o leitor, Alfonso Quejana que, de tanto ler, libertou-se das convenções sociais de seu tempo e, do ponto de vista da igreja e de seus familiares, perdeu o juízo e se autoproclamou “cavaleiro andante”, sob a alcunha de Dom Quixote. A leitura de livros de cavalaria tornou-o um ser incontrolável a despeito dos esforços de sua sobrinha, da criada, do cura e do barbeiro em fazê-lo voltar à realidade; eles acabaram por queimar os livros que o enfeitiçaram. No momento em que ele resolve retomar sua personalidade original — a do fidalgo Alfonso Quejana —, abrindo mão dos livros, é assolado por uma melancolia que o leva à morte. Zilberman não só analisa a leitura, por meio da obra de Cervantes, como também narra a história da leitura, passando pelo embate entre as duas vertentes religiosas (Reforma e Contra-Reforma), sendo que ambas condenavam a leitura, a não ser que ela se restringisse ao texto da Bíblia.

Entre as obras ficcionais que, como *Dom Quixote*, colocam a leitura, o leitor e o modo de ler em evidência, chamando a atenção para os efeitos provocados pela leitura, a autora destaca *Lucíola*, de José de Alencar; *Helena e A mão e a luva*, de Machado de Assis; e *Razão e sensibilidade*, de Jane Austen. Nessas obras, leitura em grupo e em voz alta torna-se pretexto para a integração das pessoas e para o convívio familiar. E numa relação análoga, não é de todo inadequado acreditar que o método da leitura em grupo pode ser uma boa solução para os professores, em reuniões nas escolas, visto que pode ser estrategicamente planejada de modo a promover a expansão do universo de leitura e a socialização dos professores. É um procedimento que pode ser adotado também em salas de aula. Uma iniciativa dessa natureza é passível de ser estendida às famílias. Tudo dependeria da eficácia do trabalho feito na escola. A leitura colabora para a socialização das pessoas porque há nela certa magia como diz Zilberman; e a

leitura do texto literário, de acordo com Compagnon (2012, p. 66), promove a “experimentação dos possíveis” porque “a literatura é um exercício do pensamento”.

A leitura individual e solitária é subjetiva; por isso, o gosto e o hábito precisam ser desenvolvidos na família e/ou na escola. Normalmente, em comunidades cujo poder aquisitivo é baixo, como já foi dito, o acesso a livros e mesmo à internet é muito limitado. Por conseguinte, a escola, como preconizam os PCN — Parâmetros Curriculares Nacionais —, deve servir de mola propulsora, mas antes de alcançar a comunidade, precisa atingir os próprios professores.

Continuando a mencionar os efeitos provocados pela leitura, para Jorge Amado, ela significou a “libertação”, em *O Menino Grapiúna*, não somente devido à aversão que o personagem nutria pelo espaço escolar — considerado como uma cadeia —, mas também, e principalmente, porque ela representou o remédio contra a alienação. Como se observa no trecho:

No colégio dos jesuítas, pela mão herética do padre Cabral, encontrei nas “Viagens de Gulliver” os caminhos da libertação, os livros abriram-me as portas da cadeia. A heresia do padre Cabral era extremamente limitada, nada tinha a ver com os dogmas da religião. Herege apenas no que se referia aos métodos de ensino da língua portuguesa, em uso naquela época, ainda assim essa pequena rebeldia revelou-se positiva e criadora. A heresia é sempre ativa e construtora, abre novos caminhos. A ortodoxia envelhece e apodrece ideias e homens. A longa e dura experiência ensinou-me, no passar dos anos a importância de pensar pela própria cabeça. Para pensar e agir por minha cabeça, pago um preço muito alto, alvo que sou do patrulhamento de todas as ideologias, de todos os radicalismos ortodoxos. Preço muito alto, ainda assim barato (AMADO, sd, p.102-103).

O patrulhamento protestado pelo autor diz respeito à perseguição política devido a sua vinculação política ao Partido Comunista, na década de 1940, sob cuja legenda foi deputado federal e conseguiu a aprovação de uma emenda, de sua autoria, que garantiu a liberdade religiosa no Brasil. Em *O Menino Grapiúna*, é possível constatar o que Jauss, *apud* Zilberman (idem, p. 126), chama de “identificação”, ou seja, o efeito da experiência estética que produziu um “significado tanto intelectual, quanto afetivo” e atuou, como confessado por Jorge Amado, sobre o leitor, de forma a oferecer-lhe padrões de comportamento, assim como a própria emancipação.

Talvez ainda não tenha ficado efetivamente claras as razões por que consideramos que a arte literária significa um recurso muito importante para uma boa formação do povo brasileiro e brasiliense, por isso, retomando Compagnon (2009), perguntamos “Literatura para quê?”. Esse autor, citando Zola (1982, p.103), diz que “A verdade é que as obras-primas do romance contemporâneo dizem muito mais sobre o homem e sobre a natureza do que sérias obras de Filosofia, de História e de Crítica”. E continua apresentando a razão pela qual ele acredita que sejam necessários o estudo e a leitura dos textos literários; justificativa que suplanta qualquer outra que possamos apresentar.

Exercício de reflexão e experiência de escrita, a literatura responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo. Um ensaio de Montaigne, uma tragédia de Racine, um poema de Baudelaire, um romance de Proust nos ensinam mais sobre a vida do que longos tratados científicos.

[...]

A literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio — alguns dirão até mesmo o único — de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos. (COMPAGNON, op. cit., p. 31 e 60).

Faguet apresenta-nos *A arte de ler*. Segundo ele, saber ler é uma arte que exige, por conseguinte, um método que se traduz num jeito de ler, tendo em vista os gêneros textuais. Ele divide os livros em duas categorias: os “livros de ideias” (arte retórica, conforme Aristóteles) e os “livros de sentimentos” (arte poética ou literária). Para ler e desfrutar de livros que ele chama de “livros de ideias” é preciso ler devagar. Tanto para desfrutar quanto para se instruir ou criticar, é preciso ler devagar, muito devagar, fazendo anotações, sem, contudo, deixar de se perguntar, a todo o momento, se a ideia com a qual acabamos de nos deparar é mesmo a do autor e não a nossa própria ideia. Para ele, é preciso sempre “desconfiar do primeiro sentido que se vê nas coisas” (FAGUET, 2009, p. 10-25). Ele nos aconselha a ler devagar, fazendo anotações, desconfiando das ideias e dos sentidos que vão se nos apresentando. É importante, também, não abandonar o livro e evitar a precipitação, que é uma forma de preguiça; e, dessa maneira, tornar-nos-emos bons leitores de “livros de ideias”. Depois, é preciso reler para observar e fazer comparações e aproximações de ideias. Conforme esse autor, pode até ser que nos enganemos, mas se fizermos comparação, aproximação e controlarmos uma ideia por intermédio de outra, se limitarmos ou retificarmos uma ideia por meio de outras, então seremos capazes de desfrutar do prazer que é necessário buscar quando lemos os textos de um “pensador”, isto é, “o prazer de pensar”.

Já para ler os “livros de sentimento”, ele recomenda duas atitudes: uma de abandono e outra de reflexão. Contudo, admite que seja permitido “ler com menos vagar”, mas ainda recomenda que não tenhamos pressa. Em primeiro lugar, deve-se “começar se *abandonando*”, pois “o autor sentimental pinta os sentimentos do coração menos para pintá-los do que para inspirá-los em nós. É um semeador de sentimentos, como o filósofo é um semeador de ideias”. O objetivo desse tipo de autor é “emocionar”, fazer com que o leitor tome parte dos sentimentos das personagens, deixando-se contagiar pelo estado de espírito emprestado às personagens. Esse contágio é uma espécie de embriaguez que atinge o leitor quando ele se apaixona por um romance ou por um livro de poemas e, por ser um “estado sugestivo”, diz Faguet, há “ao mesmo tempo uma perda e um aumento de nossa personalidade”, pois, na leitura, passamos a viver nos personagens e nos lugares retratados pelo autor. A esse tipo de autor Faguet chama de “*magus*” ou “hipnotizador”. Em segundo lugar, é preciso sair do estado de abandono, recobrando-se, a fim de refletir sobre o que se leu. Nessa reflexão, ele recomenda que nos perguntemos se as personagens são “verossímeis e naturais”, a fim de que possamos “desfrutar de sua veracidade, como quando ao ler lhes desfrutamos a beleza, a intensidade de sua vida moral.” Esse é um desfrute que se deve dar a partir de próprias observações subjetivas da realidade ao nosso redor, uma vez que “o que os autores colocam sob nossos olhos são seres que estão na média da humanidade ou dela se afastam, por lhe serem superiores ou inferiores, mas devem parecer com ela, e são puros monstros da imaginação caso não se pareçam.” (*Ibidem*).

Para ler o texto poético que, segundo Cyntrão, é onde o imaginário tem suas prerrogativas, é preciso que se elejam perguntas que conduzirão os passos iniciais do leitor, podendo ser perguntas de ordem política, econômica, filosófica,

psicológica etc. O que realmente importa é que elas conduzam ao desvendamento do caminho que leve um ser a outro ser (leitor autor, autor leitor), conduzindo o primeiro sempre a si mesmo, porque a missão do poeta é desorientar paradigmas, desnudar os contrassensos do mundo, lançando luz nas relações entre as coisas; e o encontro desses dois seres, leitor-analista e poeta, pode significar a interatividade entre seres humanos que pensam e utilizam-se da linguagem para expressar o que há no mundo. Cyntrão (2004, p.17, grifos da autora) afirma que todo movimento de interpretação coloca o homem em contato com o *outro* que, ao mesmo tempo é ele. A consciência da alteridade é condição de identidade do *eu* e a única possibilidade de interconexão do que significa a essência do ser humano, em sua histórica heterogeneidade regulada; a única possibilidade de entender ontologicamente o dinamismo dialético dos valores e das relações sociointeracionais.

Ler arte literária, em prosa ou em verso, assim como ler arte retórica, então, conforme já está dito por Cyntrão, Compagnon, Faguet e muitos outros que foram aqui utilizados como suporte teórico, é um caminho e uma estratégia para que possamos nos manter realmente vivos e para que procuremos manter equilibradas as nossas quatro funções: a emoção, a sensação, a razão e a intuição (JUNG, 1980).

A literatura pode não ser o único gênero que nos coloca plenamente em contato com diversos aspectos da vida, mas ela é um lugar de aprendizado onde é possível encontrar a si e ao outro, ela impulsiona personalidades e identidades rumo a um constante devir.

2 O CONTATO COM A PALAVRA DO OUTRO E O PRAZER DE LER: LEITURA COMO ATO CULTURAL

Ler não é um ato natural, mas presume uma entrega total ao efeito, às emoções provocadas pelo texto. E a leitura individual e solitária está vinculada ao domínio da língua escrita e à capacidade de se entregar a um ato que pressupõe ao mesmo tempo prisão e libertação.

A aquisição da língua e sua expressão por meio da fala constitui um ato natural na medida em que se dá pelo contato direto com o meio social, sem a intervenção de procedimentos formalmente instrucionais ou educacionais, mas a aquisição da língua escrita e sua utilização, assim como a competência leitora fazem parte de um ritual que, na maioria das vezes, ou quase sempre, requer a intervenção de terceiros por meio de métodos e técnicas e, entre esses métodos e técnicas, está incluída a capacidade de se recolher em si para encontrar um outro mundo.

A leitura aqui não será tratada como técnica de decifração normalmente chamada de alfabetização pura e simplesmente, mas como um ato cultural desenvolvido ou adquirido, que pressupõe o processo de alfabetização associado ao de letramento. O termo letramento, de acordo com Soares¹⁰, em sua gênese está associado a

comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de *alfabetização*. Esses

¹⁰ SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos**. Revista *Pátio*, nº 29, fevereiro de 2004. Disponível em . Acesso em 08 de agosto de 2016.

comportamentos e práticas sociais de leitura e de escrita foram adquirindo visibilidade e importância à medida que a vida social e as atividades profissionais foram-se tornando cada vez mais centradas *na* e dependentes *da* língua escrita, revelando a insuficiência de apenas *alfabetizar* – no sentido tradicional – a criança ou o adulto. Em um primeiro momento, essa visibilidade se traduziu ou numa adjetivação da palavra *alfabetização* – *alfabetização funcional* tornou-se expressão bastante difundida – ou em tentativas de ampliação do significado de *alfabetização*, *alfabetizar*, por meio de afirmações como “alfabetização não é apenas aprender a ler e a escrever”, “alfabetizar é muito mais que apenas ensinar a codificar e decodificar”, e outras semelhantes.

A princípio, o letramento é indissociável da alfabetização, mas o letramento, por se constituir no processo de desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais, a partir do momento em que a alfabetização se concretize, ele continua no constante e evolutivo aprimoramento das capacidades de leitura e produção de sentido, que, em tese, deve desenvolver as capacidades para a aquisição do sistema de escrita. O letramento é mesmo um componente de vida, pois o discurso dos outros, quando assimilados, assumidos ou imitados pela criança, já constitui parte do letramento desse ser em formação. Por conseguinte, os métodos e as técnicas para a aquisição da língua em sua forma escrita passam, necessariamente, pela leitura mesmo antes que o sujeito que aprende saiba formalmente ler e escrever. Se a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra e, se a leitura desta pressupõe a continuação da leitura daquele, como diz Freire (1983), então é possível ler sem saber decodificar letras e palavras. Um exemplo interessante é o caso de uma criança de quatro anos que, enquanto observava a mãe lendo um livro em cuja imagem da capa encontrava-se um homem em um trampolim, disse, apontando o dedinho indicador para a figura: “*Mamãe, se ele pular, vai se machucar, não vai?*” A mãe, então estudante de Letras e aprendiz de leitura, percebeu que a criança também lia, partindo de seu universo sociocultural. Ela pôde constatar não só a teoria de Freire, mas também que a teoria sobre leitura contida no livro “O que é leitura”, de Maria Helena Martins, que lia, estava sendo empiricamente comprovada. Naquele momento, a criança fazia contato com o pensamento de outros (do seu ambiente social e familiar e com aquele que produziu a imagem da capa) por meio dos discursos com os quais já fizera contato em tão tenra idade.

Portanto, a leitura como ato cultural é aquela que faz parte do cotidiano e pode ser assim instintiva porque processada a partir de conhecimentos construídos no processo natural de socialização, como o caso da criança acima mencionada, mas pode evoluir para um ato consciente e responsável quando o adulto — quer seja pertencente ao círculo familiar quer seja o professor, que é o preposto da escola — tornar o ato de ler uma rotina prazerosa, pois é justamente o prazer manifestado pelo adulto no ato da leitura do mundo e do texto que vai se tornar a base para o pensamento, o discurso e a ação da criança, do adolescente e até mesmo do adulto no que diz respeito à leitura, ao texto e ao livro. Segundo Proust (2011, p. 28), Descartes disse que “**a leitura de todos os bons livros é como uma conversa com as pessoas mais honestas dos séculos passados e que foram seus autores**”. E continua Proust,

a leitura é exatamente uma conversa com homens muito mais sábios e mais interessantes que aqueles que podemos ter a chance de conhecer à nossa volta. Procurei mostrar nas notas que se seguem a este volume que a leitura não

poderia ser assimilada a uma conversação, mesmo com o mais sábio dos homens; que **a diferença essencial entre um livro e um amigo**, não é a sua maior ou menor sabedoria, mas a maneira pela qual a gente se comunica com eles, a leitura, ao contrário da conversação, consistindo para cada um de nós em receber a comunicação de um outro pensamento, mas permanecendo sozinho, isto é, continuando a desfrutar do poder intelectual que se tem na solidão e que a conversação dissipa imediatamente, continuando a poder ser inspirado, a permanecer em pleno trabalho fecundo do espírito sobre si mesmo. (idem, p. 30).

Com efeito, é possível concluir que o autor, por meio do livro, não nos oferece respostas prontas, mas nos incita a buscar e a criar soluções ou, ainda que não encontremos soluções, aponta-nos caminhos para continuar buscando; pois uma solução que, *a priori*, poderia ser a saída, com as leituras, transforma-se dialeticamente, visto que crescer consiste em continuar buscando e se aprimorando. Vejamos o que Proust continua nos dizendo:

um dos grandes e maravilhosos caracteres dos belos livros (que nos fará compreender o papel, ao mesmo tempo essencial e limitado que a leitura pode desempenhar na nossa vida espiritual) que para o autor poderiam chamar-se “Conclusões” e para o leitor “Incitações”. Sentimos muito bem que nossa sabedoria começa onde a do autor termina, e gostaríamos que ele nos desse respostas, quando tudo o que ele pode fazer é dar-nos desejos. [...] o que é o fim de sua sabedoria não nos aparece senão como começo da nossa, de sorte que é no momento em que eles nos disseram tudo que podiam nos dizer que fazem nascer em nós o sentimento de que ainda nada nos disseram. (*Ibidem* p. 33-34).

Efetivamente, o hábito de ler e o gosto pela leitura podem ser desenvolvidos como qualquer outro comportamento pode ser. E, conforme o que nos disse Proust, os livros e a leitura são pontos de apoio, elementos estimuladores, suportes para que desenvolvamos nossas latentes e profícuas capacidades. Acreditamos que uma pessoa que leia frequentemente, e que o faça de forma proficiente, possa ser uma pessoa com maiores probabilidades no que respeita à capacidade de tomar atitudes frente a problemas, podendo organizar-se de forma a aproveitar melhor o tempo e sendo capaz, também, de desenvolver boas relações interpessoais.

No que diz respeito à organização e aproveitamento do tempo, fazem-se necessárias algumas considerações acerca do que foi dito na primeira seção deste trabalho. Ali, fizemos referência aos meios de comunicação de massa (TV, rádio, a internet etc.). Não há dúvida de que esses são instrumentos de grande valia e muito importantes para vida de todo cidadão no final do século passado e neste início do terceiro milênio. Não há dúvida de que tanto quanto esses meios de comunicação, mais especificamente a TV e a internet, nos últimos tempos, o livro — dependendo de seu conteúdo — pode representar perda de tempo. Desta forma, o papel da escola e do professor deve ser também orientar a criança e sua família (se necessário for) no que diz respeito à escolha do material de leitura. Sendo assim, não é possível deixar de considerar que a profissão do professor lhe imputa a condição de eterno estudioso e de pesquisador perene, sob pena até mesmo de ter de abdicar-se de suas crenças pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, J. **O Menino Grapiúna**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, sd.
- CANDIDO, A. *O direito à literatura in Vários Escritos*, 4. ed., reorganizada pelo autor. Duas Cidades. São Paulo/Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- _____. *Uma literatura emprenhada in Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. I. 2 ed. revista. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.
- COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Eunice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- CYNTRÃO, Sylvia H. **Como ler o texto poético: caminhos contemporâneos**. Brasília: Plano Editora, 2004.
- FAGUET, E. **A arte de ler**. Tradução de Adriana Lisboa. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**, tradução Diana Myriam Lichtenstein et al. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que complementam**. São Paulo: Cortez, 1983.
- JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MARTINS, M. H. **O que é leitura**. Série Primeiros Passos. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PROUST, M. **Sobre a leitura**. Tradução de Carlos Vogt. 5 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2011.
- SANTIAGO, S. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SARTE, J-P. **Que é a literatura?** 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- TUFANO, D. *Literatura é aprendizado de humanidade in Machado de Assis: a Cartomante e outros contos*. Projeto de Leitura Douglas Tufano e Maria José Nóbrega. São Paulo: Moderna, 1995.
- ZILBERMAN, R. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.
- ZOLA, E. O Naturalismo no teatro. In _____. **O Romance experimental e o Naturalismo no teatro**. Tradução de Ítalo Caroni e Célia Berretini. São Paulo: Perspectiva, 1982.

REFERÊNCIAS DA INTERNET

- IBGE. **Educação no Brasil**. Disponível em . Acesso em 05 de maio 2011.
- _____. **Brasil em Síntese**. Disponível em . Acesso em 08/08/2016.
- IBOPE. **Ibope: 75% da população não sabe ler direito**. Disponível em . Acesso em 06 de maio 2011.
- INAF – Instituto Paulo Montenegro. **Relatórios INAF Brasil 2011/2012**. Disponível em . Acesso em 06 de agosto de 2016.
- IPL - Instituto Pró-Livro. Retratos da leitura no Brasil, edição 2011. Disponível em** . Acesso em 10 de outubro 2011.
- _____. **Retratos da leitura no Brasil, edição 2015**. Disponível em . Acesso em 06 de agosto de 2016.
- SOARES, M. **Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos**. Revista *Pátio*, nº 29, fevereiro de 2004. Disponível em . Acesso em 08 de agosto de 2016.